

# Santa Cruz da Esperança: à espera de oportunidades

“Santa Cruz da Esperança era ponto de parada para descanso dos tropeiros. Existia uma Cruz erguida no local e era sempre um alívio retornar ao ponto de origem, depois de meses em meio ao Sertão do Brasil meridional tocando os rebanhos vindos do sul”.

É assim que é contada a história oficial dos primeiros anos dessa pequena cidade com apenas 14 anos de emancipação política. Santa Cruz da Esperança hoje com quase 2.000 habitantes era um distrito de Cajuru, e

como estava a 15 quilômetros de sua sede sentia que o progresso não chegava por um certo “esquecimento” dos governantes. Mas crescer e se desenvolver não é tão simples.

A área urbana de Santa Cruz da Esperança tem 5 quarteirões de largura por 14 de comprimento. São cerca de 450 casas. Na zona rural existem outras 200 moradias onde vivem 35% dos habitantes, espalhados por 160 propriedades rurais. A base econômica do município é a agricultura, cujo predomínio é da cana-de-açúcar. A cidade é fornecedora de matéria-prima para usinas de açúcar e álcool instaladas em municípios vizinhos. Outras pequenas áreas são destinadas ao cultivo de café, milho e pastagem para o gado. Com apenas duas olarias e um modesto comércio local, é a prefeitura a maior empregadora com 157 postos de trabalho. Sem qualificação profissional, a maioria da população trabalha no campo, outras poucas pessoas nas usinas da região. Não existe desemprego, afirma a administração municipal, mas subempregos. As pequenas propriedades não conseguem registrar em carteira o trabalhador temporário, que acaba trabalhando um dia em cada lugar. Cerca de 70 pessoas viajam para Ribeirão Preto diariamente para trabalhar no comércio, ou como empregados domésticos. A prefeitura banca o custo do ônibus, pois é mais vantajoso subsidiar este transporte do que deixá-las sem trabalho.



A zona rural fica a menos de dois quarteirões da praça central da cidade



FOTOS VALÉRIA RIBEIRO

“Viver aqui é ótimo. O único problema é a falta de emprego”, dizem os moradores. Os problemas com infra-estrutura podem ser contados e apontados: duas casas que ficam um pouco mais afastadas e onde ainda não chegou o asfalto, a rede de esgoto e a iluminação pública. O problema não é novo, mas não é tão simples de resolver devido a localização, afirma a prefeitura.

Para a coleta de lixo um caminhão é suficiente para os 1.200 quilos gerados por dia na cidade. O aterro sanitário, inaugurado em 2002, foi construído para ter uma vida útil de 50 anos, mas poderá durar 100, pois a cidade vai implantar a coleta seletiva até o ano que vem.

Tranquilidade é o que não falta. O último homicídio aconteceu em 1979. Hoje acontecem de dois a três furtos por ano, todos na zona rural.

Na área da saúde, 5 médicos contratados pela prefeitura fazem o atendimento no Programa de Saúde da Família, o PSF, e no posto de saúde. Para atendimentos mais complexos os pacientes vão para Ribeirão Preto ou para a antiga sede, Cajuru. Como não existe agência bancária em Santa Cruz é a Cajuru que parte da população, com conta bancária, recorre. Situação provisória, pois um grande banco está montando um posto de atendimento na cidade, em princípio para cuidar da folha de pagamento da prefeitura.

Duas escolas atendem cerca de 400 estudantes da cidade. Estar freqüentando a escola é o passaporte para poder participar dos projetos complementares de educação: o Projeto Guri, no qual 70 jovens têm aulas de instrumentos de corda e canto coral; o Projeto Sementinha, que prioriza a recreação e o artesanato, e o Projeto Circo, no qual a meninada aprende os segredos da arte circense.

Para se divertir não existem muitas opções, ou o futebol nos campinhos e quadras da prefeitura, ou sentar na praça para jogar conversa fora. Em sábados alternados o Centro Social Urbano cede espaço para o forró dos mais velhos, ou à música dos DJs para os mais jovens. Para a terceira idade a domingueira é a opção. Tv a cabo não existe, só por satélite, e a Internet já chegou, e em banda larga. 20 casas, além dos prédios públicos, já estão com suas “janelas abertas” para o mundo.

Os maiores orgulhos de Santa Cruz da Esperança são: a Banda Marcial, que ocupa o segundo lugar no estado de São Paulo entre as bandas de pequeno porte; e a mata nativa que se espalha ao redor da cidade. “Santa Cruz” posicionou-se em 2005 em 4º lugar no ranking de municípios com maior área de vegetação natural do Estado de São Paulo, 4.300 hectares.



## Seteagro: a união faz a força



A Carol, Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia, realizou no final de setembro o 2º Seteagro, Seminário Tecnológico de Agronegócio, criado para oferecer informação, atualização e assistência técnica para seus cooperados. Nos anos 60, quando foi criada a Cooperativa, acontecia a “festa do plantio”, uma maneira de aproximar os produtores e disseminar informações sobre novos produtos, técnicas e tecnologias. No início era um processo simples, que envolvia menos de 100 produtores da região de Orlândia. Hoje são cerca de 4 mil cooperados espalhados pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Espírito Santo e Mato Grosso. Como a Cooperativa sempre prezou o compromisso de levar apoio aos cooperados, ela expandiu suas atividades para estes estados para acompanhar os produtores paulistas. Eles levaram a experiência pioneira da soja, no norte de São Paulo, para as novas fronteiras agrícolas, e a Carol abriu espaço também para aqueles que já atuavam naquelas regiões.

Além de exposição e venda de produtos da cooperativa e de parceiros foram realizadas palestras técnicas. Os temas escolhidos para os três dias de debates levaram em consideração as atividades dos cooperados: cadeia produtiva da carne, soja e milho, e cana-de-açúcar.

O Seteagro deste ano homenageou um de seus cooperados, o Deputado Federal Ronaldo Caiado, que reafirmou a importância do fortalecimento do cooperativismo e do associativismo para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. A solenidade de abertura foi muito prestigiada. O Secretário da Agricultura de São Pau-



Mais de 2 mil pessoas prestigiaram o Seteagro 2007

lo, João Sampaio, também cooperado da Carol, marcou presença, assim como as principais lideranças do cooperativismo brasileiro: o superintendente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Renan Belisário; o presidente da Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo), Edivaldo Del Grande; o presidente do Bancoob (Banco Cooperativo do Brasil), Antonio Azevedo Bonfim; o presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), Cesário Ramalho da Silva, além de vários diretores e presidentes de outras cooperativas.

A participação de autoridades e lideranças do agronegócio foi elogiada pelo homenageado do evento. Caiado lembrou que este é um momento de união do setor, porque o elo mais fraco da cadeia produtiva do agronegócio, o produtor rural, está endividado e, muitos, sob a ameaça de penhora de suas propriedades. Outra preocupação apontada pelo deputado foi o projeto de lei enviado ao Congresso que permitirá a abertura de

outro órgão de representação dentro do cooperativismo, que segundo ele, pode significar a divisão do movimento cooperativista.

Para o vice-presidente e um dos fundadores da Carol, Geraldo Diniz Junqueira, o Seteagro é um evento de reciclagem e aprimoramento profissional, mas é também um espaço para fortalecer e unir o produtor rural em torno de uma causa: o agronegócio brasileiro. “Por tudo o que realizou e realiza, o agronegócio não deveria estar com dívidas, mas com crédito perante a sociedade brasileira”, afirmou.

Mais de 2.200 pessoas, entre cooperados, clientes e outros produtores passaram pelo Seteagro nos três dias de evento. Cerca de R\$ 1.500.000,00 em contratos foram fechados. Mais do que uma feira de negócios e reciclagem o Seteagro se firma como um ponto de encontro para discussões e reflexões sobre o maior setor da economia brasileira, onde o principal ator desta história, o produtor rural, ouve e é ouvido em suas reivindicações.

# Novos "ARES" para o agronegócio brasileiro

O Brasil de um só agronegócio foi o tema do 6º Congresso da ABAG. Um recado claro para os que insistem em separar em "castas" o maior setor da economia brasileira, e um recado também para os que fazem parte do setor: a união é o único caminho, com ações pró-ativas que visem ampliar a competitividade do agronegócio brasileiro. Um grande passo nessa direção foi dado no início do mês de setembro quando importantes entidades do agronegócio, entre elas a ABAG e a ABAG/RP, lançaram oficialmente o ARES, Instituto para o Agronegócio Responsável, uma iniciativa inovadora.

Contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, com ênfase na atividade agropecuária e agroindustrial brasileira é a missão do ARES.

A necessidade surgiu em virtude dos constantes questionamentos internos e externos à sustentabilidade do agronegócio brasileiro, no tocante à conserva-

ção ambiental e aos aspectos sociais relacionados aos meios de produção. A falta de dados confiáveis, científicos, para contrapor afirmações infundadas e, não raro, radicais, já afetam a comercialização dos produtos brasileiros em diferentes mercados. Temas relacionados à Amazônia, trabalho escravo e degradante, entre outros, tomaram o imaginário dos consumidores, formadores de opinião, governos e oportunistas de plantão, e o setor então sentiu que uma ação desta envergadura não poderia mais ser protelada.

Os meios para isto incluem: geração de conteúdo, estruturação de canais de diálogo com as partes envolvidas e interessadas e um amplo programa de comunicação.

Será constituído um centro permanente de estudos e suporte técnico especializado sobre Desenvolvimento Sustentável, levando em conta todos os fatores que afetam a base da sustentabilidade do agro-

negócio, tais como o meio ambiente, as questões sociais e os componentes econômicos. Desta maneira será possível apoiar o setor privado na definição de suas estratégias, sugerindo, entre outras coisas, padrões de produção responsável.

O Instituto também será um referencial para os formuladores de políticas públicas aplicadas ao agronegócio, além de disseminador de informações sobre sustentabilidade e responsabilidade nos âmbitos nacional e internacional.

O ARES será mantido com contribuições de sócios. Convênios e parcerias com entidades governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, bem como com outras pessoas jurídicas poderão ser firmados para a execução de projetos específicos.

Dez temas prioritários de grande transversalidade nas cadeias de produção foram elencados:

1. Questões trabalhistas e relacionadas à terceirização;
2. Agricultura familiar, desalojamento econômico e segurança alimentar;
3. Relacionamento com a sociedade civil organizada, ONGs, processos *multistakeholders*, rastreabilidade, verificação, certificação e selos;
4. Conversão de ecossistemas;
5. Impactos ambientais, como GMOs, uso de agroquímicos e manejo de pragas, impactos no solo e plantio direto;
6. Resíduos em alimentos e sanidade animal;
7. Emissões de gases de efeito estufa, balanço energético e biocombustíveis;
8. Ordenamento fundiário, legislação ambiental e monitoramento;
9. Conflitos intra e inter SAGs (Sistemas Agroindustriais), integração lavoura-pecuária e adição de valor;
10. Comércio internacional e sustentabilidade.

Cada um dos grandes temas desencadeará um conjunto de ações prioritárias para aprofundar as discussões, formatar uma agenda positiva e identificar seus pontos críticos, envolvendo os principais interessados, como academia, empresas e ONGs.

São elas:

1. Aprofundamento dos temas em workshops fechados com as indústrias;



As cadeias produtivas da cana, do boi e da soja estão entre as prioridades do ARES

2. Formatação de uma agenda positiva (bons exemplos e iniciativas) e identificação dos pontos críticos e vulneráveis, com diferenciação por SAG, se necessário;
3. Identificação de geradores de conteúdo sobre o tema, incluindo academia, empresas e ONGs;
4. Levantamento de informações complementares e dados estatísticos sobre o tema;
5. Levantamento de iniciativas *multistakeholders* e parcerias empresas – ONGs, envolvendo o assunto;
6. Proposta de agenda para diálogo com ONGs. Aprovação com empresas;
7. Organização de workshop com as principais ONGs. Como produto, elaboração de um plano de trabalho conjunto, com sub-grupos, metas, cronogramas e orçamentos;
8. Elaboração e implementação de estratégia de comunicação sobre o tema;
9. Elaboração e implementação de estratégia para relacionamento governamental referente ao tema;
10. Produção de material educativo e informacional sobre o tema.

As resultantes serão estratégias de abordagem específicas na área de comunicação e no relacionamento com o governo.

O Plano de trabalho já está estabelecido e envolverá:

- Estruturação de Banco de Dados sobre Agronegócios Sustentáveis;
- Consolidação dos ZEEs (Zona-

mentos Ecológicos Econômicos) existentes no país;

- Consolidação de mapeamentos existentes no país (INPE, IBGE, MMA, INCRA, SIVAN, etc);
- Elaboração de manual de boas práticas para a agropecuária sustentável;
- Monitoramento e apoio às iniciativas de *Round Tables* existentes;
- Mapeamento dos principais agentes da sociedade civil organizada (ONGs) e respectivas agendas;
- Estabelecimento da rede de parceiros formais e informais do ARES;
- Aprofundamento nos temas prioritários aprovados;
- Estratégia de comunicação e relação estruturada com *stakeholders* e imprensa.

## Certificação

Outra importante iniciativa foi desencadeada em virtude da atitude precipitada do poder executivo, que encomendou ao Inmetro a formatação da certificação do etanol brasileiro. A ABAG, o ICONE e a UNICA, com o apoio do COSAG/FIESP, contataram o Inmetro, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a Casa Civil e propuseram uma metodologia diferente para o processo, condição indispensável para que a certificação tenha legitimidade e eficácia.

A proposta, inclusive, abrange os meios para a certificação de todos os produtos do agronegócio e não apenas para o etanol, e parte de uma ampla discussão com todas as partes envolvidas. O processo estará fadado ao fracasso se for imposto e unilateral.

Para que a certificação seja amplamente reconhecida há que se constituir um fórum com todos os atores interessados: consumidores, setor público, produtores, indústrias, ONGs, Institutos de Pesquisa etc... e então definir critérios, indicadores e o sistema de monitoramento. É preciso ter transparência e parcimônia para não colocar o carro na frente dos bois, para evitar o risco de criar novas barreiras para os produtos brasileiros. De acordo com Roberto Waak, idealizador do modelo do ARES: "Não se pode entrar na onda do ambientalismo inconseqüente em busca de "retumbância" política".

# ARES

INSTITUTO PARA O AGRONEGÓCIO RESPONSÁVEL

## Entidades Fundadoras

<b>ABAG</b>	(Associação Brasileira de Agribusiness)
<b>ABAG/RP</b>	(Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto)
<b>ABEF</b>	(Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos)
<b>ABIA</b>	(Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação)
<b>ABIEC</b>	(Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes)
<b>ABIMILHO</b>	(Associação Brasileira das Indústrias de Milho)
<b>ABIOVE</b>	(Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais)
<b>ABIPECS</b>	(Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína)
<b>ANDA</b>	(Associação Nacional de Difusão de Adubos)
<b>ANDEF</b>	(Associação Nacional de Defesa Vegetal)
<b>ABRASEM</b>	(Associação Brasileira de Sementes)
<b>APROSOJA</b>	(Associação dos Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso)
<b>BSC</b>	(Brazilian Specialty Coffee)
<b>CNA</b>	(Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil)
<b>CNPC</b>	(Conselho Nacional de Pecuária de Corte)
<b>ICONE</b>	(Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais)
<b>OCB</b>	(Organização das Cooperativas Brasileiras)
<b>ORPLANA</b>	(Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil)
<b>SRB</b>	(Sociedade Rural Brasileira)
<b>UNICA</b>	(União da Indústria da Cana-de-Açúcar)

